

Pedidos de socorro para vítimas das enchentes

Os senadores José Agripino, Garibaldi Alves Filho, Alberto Silva, Reginaldo Duarte e Mão Santa cobraram ontem ajuda do governo federal para os flagelados pelas enchentes no Nordeste.

Página 6

Crivella quer CPI para imigração ilegal

Marcelo Crivella pede que Congresso instale comissão parlamentar de inquérito para identificar os responsáveis pela imigração ilegal para os EUA. Senador relatou situação de brasileiros presos naquele país.

Página 8

Governo mantém acordo sobre a Previdência, anuncia Paim

Líderes partidários no Senado reúnem-se com o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, que garante manutenção do apoio do governo para que a Câmara dos Deputados vote emenda paralela atenuando efeitos da reforma da Previdência

Página 3



Fotos: Célio Azevedo

COMPROMISSO Entre Paulo Paim e Tião Viana (C), Aldo Rebelo assegura aos líderes intenção do governo de aprovar a PEC paralela



DEBATE Ramez Tebet preside reunião da CAE e confirma audiência com presidente da Febraban sobre Lei de Falências

Empréstimo a Curitiba é aprovado em comissão

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem pedido da prefeitura de Curitiba para que seja autorizada a contratar empréstimo de US\$ 80,040 milhões com o BID. Também foi acolhido parecer favorável à programação monetária relativa ao primeiro trimestre deste ano.

Página 7



ÊXITO Tourinho destaca os resultados positivos de programas do governo baiano

Tourinho: Incra elogia reforma agrária na Bahia

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) destacou ontem em Plenário as ações positivas do governo da Bahia, dando ênfase ao programa de reforma agrária. Os resultados obtidos nessa área pelo governador Paulo Souto (PFL), segundo o parlamentar, foram elogiados pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart.

O representante baiano ressaltou também as ações do programa Minha Roça, que trata da regularização fundiária; o projeto de assentamento de famílias acampadas; e o projeto de consolidação de assentamentos.

Além da reforma agrária, Tourinho citou resultados das ações voltadas para a geração de empregos: o acordo firmado com a empresa de telefonia móvel Vivo, que irá gerar 5 mil novos empregos em Salvador, e outro com o Banco do Brasil, para atendimento por telefone, que cria 8 mil empregos.

– Ações como essas possibilitaram à Bahia crescer 4% no ano passado, percentual bastante superior aos 0,2% do país – afirmou Tourinho.

Pauta continua trancada por falta de entendimento

Contratações temporárias para o Cade e acordos no âmbito do Mercosul não foram votados

A medida provisória que autoriza a contratação temporária de pessoal pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) não pôde ser votada ontem por falta de acordo entre os líderes dos partidos. A Constituição determina que nenhuma outra matéria pode ser votada em Plenário quando há uma medida provisória (MP) à espera de votação. Por

isso, até o exame da MP 136/03, a pauta do Senado estará “trancada”.

Também deixaram de ser votadas a medida provisória (MP 137/03) que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro; a que dispõe sobre planos de benefícios da Previdência Social (MP 138); o projeto de resolução (PRS 57) que autoriza os municípios a cederem créditos, inclusive relativos a impostos não pagos, para que instituições financeiras façam a cobrança; o projeto (PLC 1) que cria e transforma cargos e funções nos tribunais regionais eleitorais; e o projeto de decreto legislativo

(PDL 859/03) que aprova o acordo tratando da assistência jurídica gratuita dentro dos limites do Mercosul.

O acordo entre o Brasil e Nova Zelândia sobre a remuneração na área diplomática (PDL 891) também não pôde ser votado, bem como o que aprova o acordo entre o Brasil e a Bolívia para a construção de uma ponte sobre o Rio Acre (PDL 892/03).

A falta de entendimento adiou, ainda, a votação dos projetos de lei relativos a acordos no âmbito do Mercosul (PDL 893) e entre o Brasil e a Alemanha (PDL 895); e a Mensagem 18, sobre o Mercosul.



INCENTIVO Consumo de chocolate deve ser estimulado, defende Capiberibe

Capiberibe diz que acordo protege o cacau

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer favorável do senador João Capiberibe (PSB-AP) a projeto de decreto legislativo (PDL 853/03) que trata do novo texto do Acordo Internacional do Cacau (Aicacau/2001). O projeto segue agora para votação do Plenário.

O acordo, segundo o relatório de João Capiberibe, estabelece uma série de medidas visando à proteção da produção cacaueteira e abre espaço para a criação do chamado Fundo de Promoção do Cacau, que tem por meta incentivar o consumo de chocolate e produtos derivados do cacau em todo o mundo. Para o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o acordo é de “extrema” importância para o seu estado, o maior produtor de cacau do país.

Na mesma reunião, presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), os membros da CRE aprovaram o texto do acordo entre o Brasil e a Agência Espacial Européia sobre Cooperação Espacial para Fins Pacíficos, assinado em Paris, em fevereiro de 2002. O documento prevê o intercâmbio de peritos e parcerias para o treinamento de técnicos nesse setor.

Foram aprovados também dois acordos que beneficiam os membros da comunidade dos países de língua portuguesa: o que determina a concessão de visto temporário para tratamento médico a cidadãos da comunidade e o que estabelece maior cooperação entre as instituições de ensino superior daqueles países.

A comissão aprovou ainda acordo que trata da dispensa de tradução de documentos administrativos para efeitos de imigração entre os Estados que integram o Mercosul, além da Bolívia e do Chile.

Agenda

Plenário tem sessão não deliberativa às 9h

O Plenário realiza hoje, a partir das 9h, sessão não deliberativa. Como não há votação de matérias, ela é destinada aos pronunciamentos dos parlamentares e aos avisos da Comissão Diretora. Os primeiros senadores inscritos para discursar na tribuna são José Maranhão (PMDB-PB) e Heloísa Helena (sem partido-AL).



CAE continua análise da Lei de Falências

Na terça-feira, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza a terceira audiência sobre a Lei de Falências (PLC 71/03). Serão ouvidos o presidente da Federação Brasileira dos Bancos, Gabriel Ferreira, e o jurista e professor da PUC de São Paulo, Fábio Ulhoa Coelho. A audiência atende a requerimentos dos senadores César Borges (PFL-BA), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC).

Nelson Rodrigues em debate

O programa *Leituras* tem como convidado o crítico Ismail Xavier, que acaba de lançar o livro *O Olhar e a Cena*, em que analisa a adaptação da obra de Nelson Rodrigues para o cinema. O programa vai ao ar amanhã, às 20h, e será reapresentado domingo, às 20h30, na TV Senado.

TV apresenta violonista

O programa *Espaço Cultural* de amanhã, exibido pela TV Senado às 21h30, apresenta o violonista Thomas George Caracas Garcia. No repertório, o músico e professor da Universidade de West Georgia mostra composições de Heitor Villa-Lobos, entre outros.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Franklin e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Renan defende o turismo para desenvolver o país

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), defendeu a profissionalização cada vez maior do setor de turismo no Brasil e apelou ao líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para que apresse a apresentação de uma saída para o problema criado com o aumento da alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 3% para 7,6%, o que representa um impacto muito forte no setor.

Renan apresentou dados da Organização Mundial de Turismo que indicam ser essa a atividade que mais cresce no mundo, tendo superado a indústria automobilística na geração de receitas, com um faturamento aproximado de US\$ 3,6 trilhões, ou cerca de 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. “São quase dois



Indústria do turismo é a que mais cresce no mundo, diz Renan Calheiros

bilhões de viajantes, o que gera mais de 260 milhões de empregos em todo o mundo”, disse o líder do PMDB.

– Estamos diante do desafio de incrementar uma indústria que abriga 11% de todo o mercado mundial de trabalho, movimentada mais de US\$ 500 bilhões por ano, é a principal fonte de renda para 40% dos países e se inclui entre as cinco maiores atividades geradoras de riquezas em 83% das nações – disse Renan. Segundo ele, o desenvolvimento adequado da indústria do turismo no Brasil produziria uma profunda mudança no país.

Para o senador, a mão-de-obra disponível depende ainda de qualificação profissional.

– O treinamento propiciará emprego e este, por sua vez, criará renda para as famílias. Em todo o mundo, de cada dez empregos, um é gerado pela indústria turística – disse.

No Brasil, cada emprego direto criado no setor representa mais quatro indiretos. Renan informou que o Nordeste brasileiro vive um momento positivo, com diversos projetos de

investimentos estrangeiros, principalmente de grupos portugueses.

Há ainda uma grande expansão de cruzeiros marítimos e mais oportunidades para que as cidades mais bem situadas apostem no turismo de negócios e no ecoturismo.

– A temporada de verão 2003-2004 trouxe um recorde de vôos para a Região Nordeste. Semanalmente, estão chegando, em sete cidades nordestinas, 42 vôos *charters*, de 14 países. Um aumento de 133% em relação à temporada anterior.

A Argentina é a procedência da maioria dos turistas que buscam o Nordeste, seguida por Portugal, Escandinávia, Itália e Holanda. A procura por Maceió aumentou 51%. Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lembrou que está mais barato para um turista brasileiro ir à Argentina do que visitar outras regiões do país.



COMPROMISSO Paim (E) e Viana (D), em encontro com Rebelo, cobram aprovação da PEC na Câmara

Paim: governo mantém acordo para votar paralela

■ Senador se mostrou otimista após reunião dos líderes com Aldo Rebelo, ministro da Coordenação Política

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou ao Plenário que o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, garantiu que o governo vai cumprir o acordo feito no Senado para que a Câmara dos Deputados vote a emenda paralela da Previdência (PEC 227/04 na Câmara). A declaração do ministro foi feita aos líderes partidários do Senado, em reunião na manhã de ontem. A PEC paralela contém as concessões que o governo fez durante a discussão da reforma da Previdência.

– O ministro Aldo Rebelo disse que o governo vai cumprir o acordo da paralela. Como o governo tem na Câmara uma base com mais de 400 deputados,

isso é um indicativo de que a matéria será aprovada – disse da tribuna o senador petista.

Conforme Paim, durante a reunião os senadores líderes “foram gentis, mas firmes”, com o ministro. Ele ponderou que, caso o governo não cumpra sua palavra, os senadores poderiam “adotar uma operação padrão”, ou seja, passariam a seguir à risca todos os detalhes do Regimento, o que “tornaria muito difícil a aprovação” de algum projeto de interesse governista.

– O ministro Aldo Rebelo foi habilidoso e cavalheiro. Assim, o problema da emenda paralela está praticamente superado – sustentou Paim, que disse ter participado do encontro de líderes na condição de presidente em exercício do Senado.

A reunião foi realizada depois do protesto de vários senadores, inclusive do PT, pelas declarações atribuídas pelos jornais ao ministro-chefe da Casa

Civil, José Dirceu, de que o governo não teria se comprometido a aprovar na Câmara a emenda paralela como saiu do Senado.

Concessões

Entre outras coisas, a PEC devolve aos novos aposentados do serviço público a paridade salarial (reajustes iguais aos dos ativos); isenta da contribuição previdenciária aposentados e pensionistas com doenças incapacitantes (até o valor de R\$ 4.800); permite que donas-de-casa e trabalhadores sem vínculo empregatício contribuam para o INSS com alíquotas menores; e autoriza a adoção de critérios especiais para a aposentadoria de portadores de deficiência.

A emenda paralela encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara. Antes de chegar ao Plenário, ela ainda será examinada por uma comissão especial.

Começa processo para afastar Mário Calixto



DECISÃO Sob a presidência de Paim (C), a Mesa do Senado deu início ao processo que poderá levar ao afastamento do senador

No exercício da Presidência do Senado, Paulo Paim (PT-RS) comunicou ao Plenário as providências tomadas ontem para afastar o senador Mário Calixto (PMDB-RO), que, apesar de condenado em processo com sentença transitada em julgado, assumiu a vaga deixada por Amir Lando.

Paim comunicou aos senadores que a Mesa solicitou e o Senado já está de posse dos originais da sentença que conde-

nou Mário Calixto, enviados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e recebidos na noite de quarta-feira. Paim também informou que o relator da matéria, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), já iniciou providências para o processo de afastamento.

Depois de receber os documentos da Justiça, o relator determinou providências para que Calixto fosse notificado. Na tarde de ontem, um funcioná-

rio da Secretaria Geral do Senado foi até a casa do parlamentar levar a citação, que foi formalmente recebida. A partir de então, foi iniciada a contagem do prazo de cinco sessões ordinárias para o senador defender-se.

Apresentada a defesa, Eduardo disse que em 24 horas apresentará seu parecer. Da decisão que a Mesa tomar, Mário Calixto poderá, se quiser, apresentar recurso.

Jefferson sugere a Lula melhorar nível de discursos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa urgentemente trocar de *ghost writer*, conforme sugestão apresentada ontem pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Só assim melhorará o nível dos seus discursos escritos, que seriam tão ruins quanto os feitos de improviso, disse o senador.

A expressão *ghost writer* designa o profissional encarregado de

escrever discursos ou livros a serem assinados por outros. Jefferson sugeriu que Lula siga o exemplo dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que tiveram como *ghost writers*, respectivamente, Lourival Fontes e Augusto Frederico Schmidt.

O padrão dos pronunciamentos de improviso também estaria passando uma imagem negativa do

presidente e do país, embora esse problema deva ser resolvido pelo próprio Lula. O senador observou que, ao falar de improviso, a autoridade corre maior risco de cometer equívocos.

Entre os vícios de conteúdo do presidente da República estão os lugares-comuns e as obviedades. Como exemplo, Jefferson citou o conselho presidencial de que,

numa negociação, o negociador não seja submisso. E lembrou ainda o "pito" passado nos empresários para que chorassem menos.

– Os textos de Lula no exterior são deploráveis. Ele fecha o rosto, com ar de sapiência, para colocar o Brasil em posição constrangedora. E os seus assessores não o alertam de que o rei está nu – lamentou o senador.



PADRÃO Jefferson nota que os discursos de Lula no exterior são deploráveis



ACOMODAÇÃO Demostenes diz que medida dá mais de 2 mil cargos para sindicalistas do PT

Demostenes anuncia ação contra MP

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) criticou a edição, pelo Executivo, de medida provisória (MP) que cria 2.797 cargos comissionados em diversos ministérios. O parlamentar disse que a intenção é acomodar sindicalistas ligados ao PT. Ele anunciou que o seu partido ingressará com ação no Supremo Tribunal Federal contra a MP, por entender que é inconstitucional e consagra "flagrante imoralidade com a temperança da viúva".

Demostenes salientou que a medida cria despesas da ordem de R\$ 58 milhões, o que ele considera um absurdo, tendo em vista o governo ter contingenciado 90% dos recursos destinados aos investimentos em 2003.

– Esses são os números verdadeiros, não as quimeras que o presidente Lula distribui pelo mundo afora, com a séria intenção de promover a "grã-desordem" em nome de um anti-americanismo pueril – afirmou.

O senador salientou que o PT já tem pronta a fórmula para iniciar a longa jornada de poder adentro, com a redução da base oposicionista a menos de um quinto da Câmara dos Deputados.

– Vem mais cooptação de parlamentares por aí, com certeza – concluiu o senador.

Antero critica excesso de poderes de José Dirceu

Senador por Mato Grosso acusa chefe da Casa Civil de trabalhar com a desenvoltura de um primeiro-ministro

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) condenou o excesso de poderes do ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu. Segundo o parlamentar, o ministro tem exercido funções de um primeiro ministro, figura típica do regime parlamentarista. Durante as viagens do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinalou Antero, Dirceu exerce atribuições que seriam do vice-presidente da República, José Alencar.

– Transformaram em mera figura decorativa um homem honrado e respeitado por todos, como é Alencar. É como se o governo tivesse adotado o



PARLAMENTARISMO Antero afirma que o vice José Alencar é mera figura decorativa

parlamentarismo, sem consultar o povo brasileiro. O "Super-Zé" (José Dirceu) age com a desenvoltura de um primeiro-ministro, mesmo quando Lula está no país, valendo-se do enorme desconforto que Lula tem no exercício do poder político. O que Lula gostaria era virar garoto-propaganda, para

ficar viajando ao exterior – criticou.

Para Antero, o ministro José Dirceu acumula a atividade no governo com o comando do PT.

– O presidente do partido, José Genoíno, executa somente a política elaborada por José Dirceu – afirmou Antero.

A única área do governo que não é comandada por José Dirceu, conforme o senador, é a econômica. Antero Paes de Barros disse que no Banco Central manda um *pool* de banqueiros internacionais e nacionais interessados somente em juros altos.

– Quando foi eleito, o presidente Lula prometeu crescimento econômico de 4% ou 5% ao ano, geração de 10 milhões de empregos, juros baixos, melhoria da renda do trabalhador, apoio às empresas nacionais. E nada disso está acontecendo – observou.

Suassuna defende ação urgente das elites para combater a corrupção

Usando como exemplos a venda de sentença por juízes federais e a crise da Parmalat, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez ontem discurso em que defendeu uma ação urgente contra a corrupção. Embora tenha lembrado o papel ativo do Senado nos últimos anos, especialmente com a instalação de comissões parlamentares de inquérito, Suassuna citou estudo do ex-procurador-geral da República Geraldo Brindeiro, para quem a ausência do Estado na defesa de direitos pode resultar em criminalidade.

Segundo Brindeiro, seguidas manifestações populares demonstrariam que é "inaceitável



CONSCIENTIZAÇÃO Suassuna destaca necessidade de preservar as instituições

considerar a corrupção como parte integrante da cultura nacional". A corrupção seria, sim, o traço apenas de alguns setores da sociedade, que teriam transformado essa prática num mal crônico.

Cumpriria, portanto, às elites conscientizar-se da gravidade do problema e tomar medidas urgentes para preservar a confiança da população nas instituições políticas e jurídicas.

Sudene

O senador defendeu também em seu discurso a revitalização da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Na quarta-feira foi realizada mais uma reunião dos parlamentares da região. O texto discutido nesse encontro está sendo enviado aos senadores do Nordeste e de Minas Gerais, para que se chegue a um acordo quanto ao documento que será enviado ao presidente da República.

Governo gasta pouco no social, diz Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou da tribuna sua estranheza com a satisfação do secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, ao anunciar que o governo conseguiu, no ano passado, superar em R\$ 1,6 bilhão a meta de superávit primário das contas federais. Ela lembrou que o superávit é usado no pagamento de juros da dívida pública e a sobra significa que o governo deixou de gastar esse mesmo excedente na área social.

Lúcia Vânia se mostrou "desalentada" com a falta de prioridade do governo na área social, ponderando que o excedente de R\$ 1,6 bilhão seria mais que suficiente para amenizar os problemas que os nordestinos enfrentam com as enchentes, por exemplo.

Ela criticou a falta de iniciativa do governo na crise da empresa Parmalat, o que vem provocando grandes prejuízos aos produtores de leite de Goiás, seu estado. E cobrou dos líderes partidários maior empenho do governo para evitar que os prejuízos aumentem.

A senadora por Goiás censurou ainda a falta de iniciativa do governo para resolver a greve dos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que está prejudicando os que entram de licença médica ou querem pedir aposentadoria.



PREJUÍZOS Para Lúcia Vânia, o que excede à meta de superávit é obtido à custa da área social

Crescimento de Roraima exige investimentos, afirma Mozarildo

O governo federal deve investir maciçamente no estado de Roraima, que tem registrado a mais elevada taxa de crescimento populacional do país nas últimas décadas, afirmou ontem o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) – foto. Ele citou números do Instituto Brasileiro de Ge-

ografia e Estatística (IBGE) atestando que o estado recebeu 16 novos moradores por dia, entre 1991 e 1996.

O Censo de 2000 assinalou a entrada de 117 mil migrantes em Roraima nos nove anos precedentes, sendo que 83 mil deles permaneceram no estado.



Homenagem aos fiscais do trabalho assassinados

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), apresentou requerimento de pesar pela morte dos fiscais Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares e Néelson José da Silva e do motorista Ailton Pereira de Oliveira, todos servidores do Ministério do Trabalho, assassinados, na manhã de quarta-feira, em Unaí (MG). A emboscada ocorreu durante a fiscalização de direitos trabalhistas em áreas de cultivo de feijão e soja.

Ao defender seu requerimento, Paim registrou a solidariedade do Senado aos familiares das vítimas e realçou que, ao mesmo tempo em que constrangeu o país, o

fato desencadeou um movimento nacional pela apuração da responsabilidade pelos assassinatos.

Com um minuto de silêncio, o Senado homenageou os auditores do trabalho e o motorista assassinados. Os parlamentares se colocaram de pé para homenagear os quatro servidores públicos.

Código de Processo Civil também deve ser reformado, diz Juvêncio

■ Segundo o senador, medida poderia diminuir o número de recursos que emperram a Justiça

Mesmo elogiando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado por apressar as discussões sobre a reforma do Judiciário, o senador Juvêncio de Fonseca (PDT-MS) disse que isso não será suficiente para agilizar a tramitação dos processos na Justiça brasileira. Juvêncio comentou que é imprescindível a realização de uma reforma no Código de Processo Civil para diminuir a possibilidade de re-



RISCO Juvêncio adverte que, se recursos não forem reduzidos, reforma terá pouco efeito prático

ursos que emperram os processos.

– Está à disposição dos advogados uma munição muito

grande para torpedear os processos, para que eles não cheguem ao fim. Sem acabar com isso, a população não sentirá na prática que houve uma verdadeira reforma no Judiciário – afirmou Juvêncio.

Na avaliação do senador, entre os pontos citados como prováveis de serem aprovados em uma primeira etapa da reforma do Judiciário, apenas a súmula vinculante ajudaria a tornar os processos mais ágeis. O dispositivo determina que as decisões tomadas em instâncias superiores sejam automaticamente válidas para as instâncias inferiores e para futuras ações que tratem sobre a mesma matéria.

Juvêncio também registrou

alguns pontos do depoimento do vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal, na CCJ, sobre a reforma do Judiciário. Ele destacou que Vidigal informou sobre a posição unânime dos juízes do STJ sobre a súmula vinculante, o controle externo e a criação da Escola Nacional da Magistratura.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) comentou que ouviu de membros de tribunais de Justiça do país a sugestão de que a maioria dos processos que tramita na Justiça – que envolvem valores pequenos – sejam analisados em apenas duas instâncias: uma para julgar e a segunda para confirmar ou não a primeira decisão.



CONQUISTA País vive nova forma de relação entre a CEF e mutuários do SFH, diz Ana Júlia

Ana Júlia vê avanço no acesso à casa própria

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou ontem que o governo está escrevendo uma nova página na relação entre os bancos oficiais, em especial a Caixa Econômica Federal e os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). No Pará, a busca de entendimento contou com um novo impulso, a partir de 1998, com a criação do Fórum da Moradia, “um espaço aglutinador de movimentos sociais que enfrentavam questões referentes ao direito de morar”.

Com esse movimento, disse Ana Júlia, foi possível viabilizar a quitação antecipada de 8 mil contratos, saldados por apenas R\$ 600. As ações do fórum também impediram, conforme acrescentou, que cerca de mil famílias fossem despejadas de seus imóveis. Ana Júlia esclareceu que o movimento nunca defendeu o calote dos financiamentos, questionando, sim, os critérios de reajuste que elevavam os valores das prestações “a níveis impagáveis”.

– Hoje, com o governo Lula, o Movimento da Moradia começa a experimentar frutos de sua luta em um governo popular, em especial no que tange à reavaliação de imóveis – disse.



MUDANÇAS O vice-presidente do STF, Nelson Jobim (ao fundo), debate proposta com a bancada do PMDB

PMDB discute reforma do Judiciário com Jobim

A bancada do PMDB reuniu-se ontem com o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, para discutir a reforma do Judiciário, que está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O líder do partido, senador Renan

Calheiros (AL), informou que o PMDB está otimista com a aprovação da reforma, mas acredita que, de imediato, devem ser aprovados apenas os itens de consenso, como a quarentena de saída do cargo, a criação do Conselho Nacional dos Magistrados e a súmula vin-

culante para o Supremo Tribunal Federal.

Os pontos mais polêmicos da reforma devem ser mais debatidos e votados “com calma” no futuro, acredita Renan. Segundo o líder, Jobim deverá participar de audiência pública na CCJ na quarta-feira.

Viana pede cautela na discussão

O senador Tião Viana (AC), líder do PT, esclarece, a respeito de matéria publicada ontem na edição do **Jornal do Senado**, que não é “contra” o fatiamento da reforma do Judiciário, nem



Viana esclarece posições sobre projeto

a adoção de idade mínima para ingresso na magistratura, uma das inovações contidas na proposta em análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Tião Viana disse que, de fato, o que propõe é cautela na análise do tema, para que sejam evitados problemas no futuro, como a arguição de inconstitucionalidades.

Flagelados esperam ajuda do governo

O drama das enchentes do Nordeste continua repercutindo no Plenário. O líder do PFL, José Agripino, apontou ontem indiferença do governo federal, estranhando que a governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, não tenha sido sequer recebida pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. O senador Mão Santa apelou por imediata ajuda de Ciro Gomes e do ministro das Cidades, Olívio Dutra, para as vítimas das enchentes no Piauí. Ele informou que participou de audiências nos

dois ministérios juntamente com os senadores Alberto Silva e Heráclito Fortes e deputados federais pelo Piauí. Alberto Silva cobrou socorro para os estados atingidos e lembrou obras que realizou em Parnaíba e Teresina. Ele disse ter construído diques elevando as margens dos rios, complementados por bombas de sucção que levam o excesso de águas para lagoas construídas com esse fim. Garibaldi Alves Filho também solicitou ajuda federal e sugeriu que os governos federal e estaduais

façam um levantamento da situação e comecem a tomar providências o mais rápido possível para não desperdiçar a boa safra agrícola que certamente virá. Reginaldo Duarte pediu socorro urgente do Ministério da Integração Nacional para os municípios cearenses que se encontram em estado de calamidade pública. Ele destacou que milhares de famílias estão desabrigadas e muitas cidades permanecem ilhadas, com asfalto e pontes destruídas. Desde 1974 não chovia tanto na região, disse Reginaldo.

JOSÉ AGRIPINO

Total descaso, falta de respeito inédita

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), denunciou a total indiferença do governo federal com a situação de calamidade de várias cidades nordestinas, devido às enchentes.

– A governadora do meu estado, Wilma de Faria, esteve no Ministério da Integração Nacional para audiência com o ministro Ciro Gomes, mas não foi recebida, o que demonstra total descaso, uma falta de respeito inédita de um governo em relação ao Nordeste – disse Agripino.

O líder lembrou que todos os governos anteriores, mesmo



Roosevelt Pinheiro

quando não tinham dinheiro, eram solidários. Ministros visitavam as regiões atingidas por secas ou enchentes, o Exército enviava barracas, caminhões e um mínimo de infra-estrutura.

– Este governo, de um ex-operário nordestino, ao contrário, é o governo da indiferença, do descaso, um governo que nega até mesmo uma simples audiência a um governador de estado atingido pela tragédia de uma enchente – observou o senador.



Roosevelt Pinheiro

ALBERTO SILVA

que era utilizado exatamente em emergências climáticas.

Alberto Silva lembrou obras que fez em Parnaíba e Teresina: diques elevando a margem dos rios, complementados com bombas de sucção.

Na área do desemprego, o senador destacou experiência-piloto com o plantio de mamona e feijão. Segundo ele, o plantio dessas duas culturas em apenas um hectare pode render R\$ 1 mil por mês. Ressaltou ainda o plano que elaborou para recuperar os 32 mil quilômetros de rodovias danificadas no Brasil. Ele afirmou que com cerca de R\$ 1,6 bilhão e a criação de uma câmara de gestão seria possível criar 1 milhão de empregos e recuperar a malha rodoviária. O senador Edison Lobão (PFL-MA) apoiou a sugestão.

REGINALDO DUARTE

Milhares de famílias desabrigadas

Em apelo dirigido ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) pediu socorro urgente para os municípios do Ceará que se encontram em estado de calamidade pública devido às chuvas intensas dos últimos dias. Milhares de famílias estão desabrigadas e muitas cidades se encontram ilhadas, com asfalto e pontes destruídos, informou. Reginaldo lembrou que desde 1974 não ocorria na região uma temporada de chuvas tão rigorosa. Ele frisou que Ciro Gomes, quando governador do Ceará, soube enfrentar com boa administração vários períodos de seca. O mesmo ele disse esperar da pasta da Integração Nacional. No segundo semestre do ano passado, 40 municípios cearenses atingidos pela seca não receberam ajuda do governo, lamentou o senador.



Roosevelt Pinheiro



Márcio Kalume

MÃO SANTA

senadores Alberto Silva (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (PFL-PI) e alguns deputados federais do estado, esteve com os dois ministros, que prometeram socorrer o Piauí.

De acordo com Mão Santa, os parlamentares foram bem atendidos por Dutra e pelo secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional, Márcio Lacerda. Este afirmou que o ministro Ciro Gomes já decidiu priorizar a reconstrução de pontes e das casas alagadas. Também participou da reunião o presidente da Associação de Prefeitos do Piauí, José Maia.

O senador ainda parabenizou a Rádio Senado pelo aniversário. Relatou que a influência da Rádio e da TV Senado é tão grande que ele foi reconhecido em visita a Campos do Jordão (SP).

Parlamentares apelam a ministros

O senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu aos ministros das Cidades, Olívio Dutra, e da Integração Nacional, Ciro Gomes, ajuda imediata para as enchentes que vêm prejudicando a Região Nordeste e, em especial, o Piauí. Ele informou ontem que, juntamente com os

GARIBALDI ALVES FILHO

Governos devem agir o mais rápido possível

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu ontem ajuda do governo federal para recuperar os prejuízos causados pelas chuvas no Rio Grande do Norte.

– Felizmente, não temos vítimas a lamentar, mas temos prejuízos materiais na nossa infra-estrutura, com a destruição de pontes, de estradas e de açudes – assinalou. Ele sugeriu que o governo federal e os governos dos estados atingidos pelas enchentes façam um levantamento da situação e comecem a tomar as providências o mais rápido possível, para



Márcio Kalume

não desperdiçar o excelente inverno e a boa safra agrícola que certamente virá.

Garibaldi avaliou que o Ministério da Integração Nacional “já está tardando”, mas que é preciso fazer justiça, pois o ministério não tem recursos para atender essa emergência, que só pode ser atendida com recursos extraordinários.

Em aparte, José Maranhão (PMDB-PB) disse que o normal do Nordeste é a seca e o descaso do governo federal.

Empréstimo a Curitiba tem parecer favorável

Operação com o BID objetiva financiar programa para desafogar o trânsito da capital paranaense

Pedido da prefeitura de Curitiba para que seja autorizada a contratar empréstimo de US\$ 80,040 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). O dinhei-

ro visa ao financiamento do programa de transporte urbano do município.

Os integrantes do colegiado também foram favoráveis a requerimento do relator, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), para urgência na votação em Plenário do projeto de resolução com as condições do empréstimo, que terá uma contrapartida de US\$ 53,4 milhões da própria prefeitura.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) ressaltou a importância do programa para desafogar o trânsito na região metropolita-

na de Curitiba, que abrange uma extensa área com 33% da população do Paraná, envolvendo inclusive a captação do tráfego proveniente de São Paulo. "Precisamos de soluções modernizadoras", disse, acrescentando que o projeto tem esse objetivo.

O parecer de Bornhausen mostrou que não há qualquer impedimento para que a União conceda aval nessa operação. Com base nas informações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a prefei-

tura de Curitiba possui capacidade de pagamento do empréstimo, oferecendo contragarantias suficientes para ressarir a União, caso esta tenha que honrar o compromisso no exterior como garantidora da operação.

Bornhausen destacou ainda em seu parecer que não há débitos anteriores da prefeitura com a União e suas entidades controladas. Os recursos serão desembolsados pelo BID durante cinco anos, contados a partir da data de assinatura do contrato.



Roosevelt Pinheiro

RAPIDEZ Requerimento de Bornhausen para votação urgente foi aceito pela CAE

Governo gaúcho atende recomendação

Os resultados sobre a operação de rolagem das Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), no valor de R\$ 75,352 milhões, foram apresentados, ontem, aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os senadores aprovaram parecer do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) favorável aos ofícios encaminhados pelo Banco Central e Secretaria da Fazenda do estado, recomendando o arquivamento do processo.

A operação de crédito, realizada "com sucesso" no dia 25 de setembro do ano passado, foi autorizada pela Resolução 4/03 do Senado Federal, que estabelece a comprovação do atendimento das exigências estipuladas pelos senadores. A nova emissão de títulos teve por objetivo liquidar toda a dívida mobiliária estadual vencida em 15 de maio e 15 de novembro de 2001, relativa ao pagamento de parcelas de precatórios judiciais.



AÇÃO Além de votar projetos, a CAE, presidida por Tebet, agendou mais audiências sobre Lei de Falências

Programação monetária para este trimestre passa em comissão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável à programação monetária relativa ao primeiro trimestre deste ano. O projeto de decreto legislativo sobre a matéria, proposto pelo relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), vai agora ao Plenário do Senado.

Com a previsão de aumento do dinheiro em poder do público, tanto nos depósitos à vista nos bancos quanto do papel-moeda em mãos dos brasileiros, a mensagem do Executivo projeta expansão de 6,7% dos meios de pagamento, na variação em 12 meses dos saldos diários desse indicador medido até março de 2004, e de 14,9% no acumulado durante o ano, mostrando a intenção do go-

verno de adotar maior flexibilidade na condução da política monetária.

Recuperação

Suplicy ressaltou em seu parecer o cenário "virtuoso" desenhado pelo governo, com sinais claros de que a economia brasileira está começando a dar mostras de recuperação. Considerou que esse cenário deve ser acompanhado da estabilidade de preços em 2004. Mas pediu que, diante das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) "abaixo da nossa potencialidade e de taxas de desemprego ainda muito elevadas", as autoridades monetárias passem a considerar esses indicadores com a mesma importância dada para as metas de inflação.

De acordo com a mensagem elaborada pelo Banco Central, as liberações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) devem injetar R\$ 2,8 bilhões na economia, no primeiro trimestre, constituindo um dos principais fatores para a expansão dos meios de pagamento. No entanto, o governo deve calibrar a liquidez pelos recolhimentos compulsórios, prevendo queda de 5,4% na emissão primária de moeda (base monetária) no acumulado em 12 meses até março.

Ao longo do ano, o BC reafirma sua disposição de ser mais flexível na condução da política monetária, projetando crescimento da base monetária de 15,1% na variação anual até dezembro de 2004.

Presidente da Febraban vai a audiência

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), confirmou ontem que o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Gabriel Jorge Ferreira, deve comparecer à próxima audiência pública programada para discutir as mudanças na Lei de Falências. A reunião, prevista para as 10h de terça-feira, deve contar também com a presença do jurista Fábio Ulhoa Coelho, especialista em Direito Comercial.

Na audiência pública agendada para a próxima quinta-feira, a CAE vai ouvir os representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical, além do presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Luiz Otávio Gomes. Os dirigentes de algumas das principais confederações patronais devem comparecer no dia 10 de fevereiro.

Já confirmaram a presença os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, e da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antonio Oliveira Santos.

No dia 12, a CAE deve ouvir o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão. Essa programação poderá ser alterada se o senador Ramez Tebet concordar com pedido formulado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para que as audiências da CAE não coincidam com as da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).



Roosevelt Pinheiro

DECISÃO Eduardo Suplicy recomenda em seu parecer arquivamento da matéria

Crivella sugere CPI para apurar imigração ilegal

■ “É preciso acabar com esse crime que se comete contra o Brasil”, adverte senador

Em relato feito ontem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) descreveu a situação de cerca de 1 mil brasileiros que tentaram imigrar ilegalmente e que estão presos nos Estados Unidos. Ele pediu que o Congresso instale uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para identificar os responsáveis por incentivar pessoas em diversos locais do país a entrar de forma irregular e perigosa nos Estados Unidos.

– É preciso coibir esse movimento, descobrir a origem dessa desumanidade e acabar com esse crime que se comete contra o nosso país – disse o senador, que se encontrava nos EUA, em missão oficial, negociando uma solução para o problema dos brasileiros.

Crivella visitou brasileiros em presídios do Texas, do Arizona e do Novo México e relatou que eles são tratados como traficantes de drogas, assassinos ou estupradores. “Apelo ao governo americano para que brasileiros não sofram punição tão pesada como têm sofrido. Eles são misturados com esse tipo de gente, já que a imigração ilegal é reprimida severamente, com leis rígidas.”



DESESPERO Marcelo Crivella (assistido por Suplicy) relata para integrantes da CRE o drama dos brasileiros presos nos EUA

Para Crivella, o imaginário das pessoas entende que há possibilidade de resolução de suas dificuldades nos Estados Unidos. Esse fenômeno acontece principalmente na região leste de Minas Gerais, de onde brasileiros partem para Belo Horizonte, depois para São Paulo, investindo suas economias em uma passagem aérea para o México, esclareceu.

Esforço

O senador, que voltou ao Brasil no vôo fretado para trazer cerca de 300 brasileiros de volta ao país – 180 dos quais do leste mineiro –, informou que vai entregar um relatório sobre os esforços que empreendeu diariamente nos Estados Unidos, em companhia do senador Hélio Costa (PMDB-MG) e do deputado federal João Magno (PT-MG).

Também presente à reunião da CRE, o cônsul-geral adjunto do Brasil em Los Angeles,

Michael Gepp, registrou que os brasileiros presos são unânimes em pedir para voltar ao Brasil.

O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ponderou que as discussões para criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) devem incluir como meta o livre trânsito de pessoas. Para ele, é uma incongruência dar liberdade para as empresas movimentarem seus bens, serviços e capitais, sem que os seres humanos possam ter esse direito.

Já o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sugeriu que seja promovida uma campanha de esclarecimento em áreas específicas do país, sobre os sérios riscos da entrada ilegal nos Estados Unidos. Mas a solução final desse problema, avaliou o senador, passa pela criação de empregos e oportunidades no Brasil.

José Cruz

Augusto alerta para risco de Brasil perder Amazônia

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) alertou, em Plenário, que, “pouco a pouco, o governo que jurou a defesa do território brasileiro, por falta de visão estratégica poderá ceder à pressão do exterior e favorecer o aparecimento de condições objetivas para a entrega da Amazônia aos interesses internacionais”.

Ele se manifestou preocupado com a possibilidade do governo federal homologar a reserva indígena Raposa/Serra do Sol como área contínua. Segundo o parlamentar, nenhum governo de qualquer país criou uma reserva em área contínua na fronteira com outros países, visando beneficiar um só grupo étnico. A região onde o governo pretende demarcar a reserva indígena Raposa/Serra do Sol faz fronteira com a Venezuela e a Guiana.

Além do problema da segurança nacional, Augusto Botelho previu o risco de conflitos entre os cinco povos indígenas que habitam a área, os mestiços (originários da miscigenação racial que se deu na região ao longo de quase dois séculos), os produtores organizados na agricultura familiar e os pequenos agricultores.

– Em nenhum momento, ao longo de todo o processo de convivência destes povos, houve atritos que se aproximem

dos que poderão advir com a homologação de uma área contínua para a reserva Raposa/Serra do Sol. Além disso, a forte interação social na região dificultará a separação entre índios e não-índios – afirmou.

O senador por Roraima registrou que os próprios índios estão pedindo para que haja um plebiscito entre eles, para decidirem pela demarcação de uma reserva em área contínua ou pela criação de reservas para cada povo indígena: macuxis, ingaricós, taurepangues, uapixanas e patamonas.

Em aparte, o senador Mozerildo Cavalcanti (PPS-RR) lembrou que, inicialmente, a proposta da Fundação Nacional do Índio (Funai) era demarcar duas áreas para os índios: uma chamada Raposa e a outra, Serra do Sol.



Roosevelt Pinheiro

TEMOR Demarcação de reserva indígena em Roraima preocupa Augusto Botelho

Paulo Paim destaca o papel da Rádio Senado

Em discurso no Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou ontem os funcionários da Rádio Senado pelo seu 7º aniversário. Criada a partir de projeto desenvolvido a pedido do senador José Sarney, a emissora transmite todos os debates e votações do Senado e do Congresso, além de programas jornalísticos sobre problemas nacionais e assuntos em discussão no Congresso, destacou. Fora isso, ela apresenta praticamente apenas músicas brasileiras, disse ele.

– A Rádio Senado alcança hoje um total de 333 emissoras conveniadas AM e FM, contando inclusive com uma emissora nos Estados Unidos e uma

em Portugal. O total de audiência é fantástico, estimando-se um público de 20,8 milhões de ouvintes – disse.

Entre os programas apresentados pela Rádio Senado, Paim citou o *Brasil Regional*, com peças musicais, e o *Escala Brasil*, que entrevista personalidades da música brasileira. O senador mencionou ainda o programa *Você é Especial*, que trata das pessoas com deficiência.

Além de transmitir todos os debates e votações, os repórteres da Rádio Senado comentam e explicam o que está sendo discutido.

O senador Mozerildo Cavalcanti (PPS-RR) também parabenizou a emissora.

Viegas e Bastos comparecem dia 12 à CRE

Ficou para o próximo dia 12 de fevereiro a audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destinada a ouvir os depoimentos dos ministros da Defesa, José Viegas Filho, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Os dois ministros deverão falar aos senadores do colegiado sobre as providências que o governo vem tomando para resolver os conflitos fundiários envolvendo índios, posseiros e fazendeiros nos estados de Roraima e Mato Grosso do Sul, em virtude da demarcação de ter-

ras indígenas.

O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), informou que eles não puderam comparecer à audiência pública marcada para ontem, conforme previsto, por motivos de agenda.

O senador voltou a assinalar que a presença de ambos os ministros na comissão é de vital importância para que os membros do colegiado conheçam as medidas que estão sendo adotadas pelo Executivo e apresentem sugestões para que os conflitos terminem. O sena-

dor informou que já foram registrados confrontos armados entre índios e brancos, o que considera grave.

Para o senador Mozerildo Cavalcanti (PPS-RR), um dos autores do requerimento da audiência, o governo e o Senado têm o dever de aprofundar o estudo da questão porque, além dos problemas sociais, as terras indígenas a serem demarcadas na reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, estão em região de fronteira, fato que, observou, envolve problemas relacionados à defesa nacional.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Mão Santa e Ney Suassuna e pela senadora Ana Júlia Carepa